

DIMENSÕES

Revista de História da Ufes

A lendária fazenda Muribeca: um estudo de caso em arqueologia histórica

The legend Muribeca farm: an approach on Historic archaeology

Carlos Roberto Pires Campos¹

Resumo: A pesquisa buscou ampliar os poucos conhecimentos existentes acerca da Fazenda Muribeca, construída pelos jesuítas, aí compreendida a Igreja Nossa Senhora das Neves, sua história e importância para a cultura regional, desde seu período áureo nos fins do século XVII, até sua decadência no início do século XIX. Para tanto, foi realizada uma pesquisa em arqueologia histórica, com o objetivo de flagrar alguns momentos de sua trajetória por meio de estudos de cultura material, buscando compreender o processo de utilização das terras da antiga fazenda e demonstrando sua relevância memorialística. Como conclusão destacamos o fervilhar de pessoas e de atividades e a riqueza da vida social a qual foi compreendida a partir dos vestígios recuperados.

Palavras-chave: Colonização jesuítica. Fazenda Muribeca. Igreja N.S. das Neves. Arqueologia Histórica.

Abstract: The research aimed at expanding as much as possible the meager existing knowledge about Muribeca Farm, built by the Jesuits, included there the Church of Our Lady of the Neves, its history and importance for the regional culture, ever since its heyday in the late seventeenth century until its decline in the nineteenth century. For this purpose, a research on historical archeology was conducted, aiming to catch a few moments of its social actions, trying to reconstruct everyday life, by analyzing the material culture rescued, in order to demonstrate its memorial relevance for the construction of the Espírito Santo State cultural identity. As a conclusion, we highlighted the people's movement and activities and their social life.

¹ Arqueólogo MN-UFRJ, Doutor em História Social da Cultura (PUC-RJ), Pós-Doutor em Ciência, Tecnologia e Educação (CEFET-RJ), Professor Permanente dos cursos de Mestrado e Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática do Campus Vila Velha do Instituto Federal do Espírito Santo. Desenvolve projetos de pesquisa sobre aulas de campo em espaços não formais potencialmente educativos no Espírito Santo. Este artigo foi elaborado a partir de uma pesquisa maior intitulada "Entre lendas e tesouros, os restos da Fazenda Muribeca". Email: carlosr@ifes.edu.br



Introdução

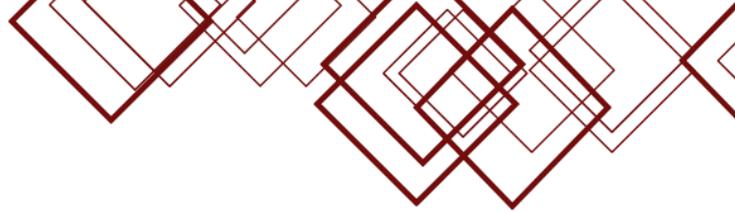
A Fazenda Muribeca, unidade produtiva jesuítica que se desenvolveu nos séculos XVII e XVIII, tem sido pouco abordada pela historiografia capixaba, a maioria dos autores reproduzem dados anteriores ou tecem considerações infundadas acerca de sua real existência. Alguns autores chegam a afirmar, por exemplo, que a Igreja das Neves foi fundada por Padre José de Anchieta. Em função disso, procuramos estudar o tema a partir dos registros documental e arqueológico, com o propósito de conhecer, tanto quanto possível, aspectos de sua vida social. A ideia foi traçar um breve panorama acerca das ações fervilhantes de seus agentes, não ignorando as múltiplas implicações que este tipo de abordagem requer, enfatizando suas diferentes perspectivas, considerando, sobretudo, em tal leitura, as mudanças fisiográficas da paisagem e como ela foi transformada para atender aos propósitos dos seus atores sociais.

Esta pesquisa se justifica porque, apesar da existência de um sítio arqueológico de natureza histórica em torno da Igreja de N.S. das Neves, em Presidente Kennedy (ES), no caso, a Fazenda Muribeca da qual ela era parte integrante, pouco tem sido feito para a sua preservação.

185

A história da Fazenda se perde no tempo. As notícias de que se dispõe acerca da sua existência advêm de alguns volumes da coleção de Serafim Leite, História da Companhia de Jesus no Brasil, e do relato das expedições científicas realizadas no século XIX, entre os quais o do naturalista Saint-Hilaire, que por lá passou, quando do pleno funcionamento do seu segundo momento. Isto, porque, conforme análise documental, o primeiro momento de funcionamento da fazenda ocorreu na gestão jesuítica. Após sua expulsão, a fazenda foi comprada por particulares e, após algum tempo, voltou a ser explorada (ASSIS, 1941). Este segundo momento de esplendor é narrado pelos naturalistas do século XIX. No espólio de bens confiscados dos jesuítas, por ocasião de sua expulsão, quase nada foi encontrado sobre a fazenda. Sabe-se, pelo relato dos viajantes e pela visita do Bispo D. Nery, que ela permaneceu de pé até finais do século XIX. Alberto Lamego (LAMEGO, 1944) fez-lhe referência, indicando sua semelhança com a fazenda de Campos dos Goytacazes. Outras indicações de sua existência decorrem de fontes orais e de lendas a seu respeito.

Ainda é possível apresentar como justificativa o fato de que a Fazenda Muribeca e o santuário de N. S. das Neves são relevantes para o patrimônio histórico capixaba. Este santuário está associado ao ciclo da cana-de-açúcar no estado, no século XVII, momento em que a região passou por processos de transformação decorrentes da União Ibérica, no que diz respeito aos



limites entre a capitania do Espírito Santo e a de São Tomé. Consta na historiografia (DAEMON, 1879; FREIRE, 1945; OLIVEIRA, 2007) que o filho do donatário da capitania de São Tomé, em 1619, Gil de Góis, tentou promover economicamente a Capitania. Para tanto, fundou, na foz do rio Itapemirim, uma cidade, atualmente chamada de Barra do Itapemirim, empreitada que não surtiu os efeitos desejados, obrigando Gil de Góis a devolver oficialmente a capitania naquele mesmo ano. Tendo notícia de que a capitania jazia em abandono, os jesuítas e sete fidalgos, que haviam lutado na Capitania de São Vicente, requereram ao governador do Rio de Janeiro, Martim Correia de Sá, em 1627, as terras não mais como capitania, mas como sesmaria, isto é, como latifúndio sem atribuições políticas. Nasce desse episódio a história da Fazenda Muribeca, na primeira metade do século XVII.

Esta pesquisa foi autorizada pelo IPHAN, por meio da Portaria nº 48, de 14 de outubro de 2013, publicada no DOU nº 200, de 15 de outubro de 2013, e pela Secult/ES, tendo recebido financiamento do Instituto Federal do Espírito Santo, Campus Vitória. O Museu Nacional concedeu o endosso institucional para guarda de bens arqueológicos. Este trabalho objetivou desenvolver uma pesquisa arqueológica para conhecer a Fazenda Muribeca, e tentar compreender seu funcionamento, a partir do estudo de cultura material, trazendo à luz alguns momentos da sua dinâmica social.

Fundamentos Teóricos

Segundo Orser (1992), a Arqueologia Histórica configura-se como um campo de investigações que combina um vasto número de abordagens, cujo foco aponta para as manifestações materiais do mundo moderno advindo das transformações desencadeadas após o século XVI. O autor sugere abordagens interdisciplinares, de modo a ampliar a capacidade de compreender as sociedades e os sujeitos em seus contextos, os processos históricos, as relações intersubjetivas, os conflitos e enfrentamentos, as questões políticas, o modo de ser e estar no mundo, a partir de fontes escritas, orais, literárias e da cultura material.

Kern (1996, p.7) defende que a arqueologia e a história somente estão afastadas pela aparência, quando, na verdade, as duas guardam mais relações do que se pode supor, partilhando, ambas, problemas similares, quais sejam, nenhuma das duas pode analisar diretamente seu objeto de pesquisa, o que as obriga a reconstituir indiretamente o passado da humanidade, lançando mão de testemunhos escassos “que sobreviveram com muita dificuldade:



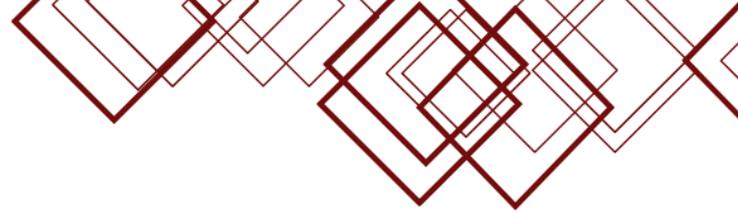
pólenes fósseis, restos esqueléticos, sedimentos de eras geológicas, elementos de cultura material, textos e inscrições, obras de arte, etc” . Para explicar o passado precisa-se, pois, tanto de descrever os eventos quanto propor a sua interpretação. Tal explanação constitui-se como produto de uma reflexão científica e explica o passado de modo parcial, vez que dele somente conhecemos os fragmentos, não a totalidade.

Kern (1996) também destaca que precisamos considerar não somente os vestígios que se configuram como objeto de nossos estudos, mas as sociedades que os produziram e de cuja cultura eles são os remanescentes últimos. Os vestígios são o fio de Ariadne na condução das interpretações do passado, razão pela qual o fulcro da investigação será o comportamento humano e as sociedades das quais compuseram. O método de abordagem, para o trabalho de explanação das sociedades pretéritas, é apresentado pelo autor da seguinte forma:

O investigador deve, a partir da documentação encontrada, identificar similitudes e diferenças através do método comparativo, organizando os dados em conjuntos contextuais. A partir desse momento, abstrações começam a ser feitas, com o objetivo de se chegar à compreensão. O material pode ser então organizado em uma situação temporal definindo períodos e processos. Se a organização é espacial, são caracterizados contextos regionais, setores de atividades. E finalmente a organização tipológica pode nos levar às formas de organização social, aos estilos ou às culturas. Estas primeiras atividades implicam em um nível básico de inferências. Entretanto, é a partir desse momento que tanto os historiadores quanto os arqueólogos se voltam para as interpretações dos significados contextuais e portanto para as teorias de médio alcance. Os conjuntos de documentos escritos ou de vestígios arqueológicos podem então ser pensados e interpretados em termos de conteúdo simbólico, por um lado, ou de processos sistêmico, por outro. (KERN, 1996, p.15)

187

As várias formas de abordar os documentos também ajudam o arqueólogo na análise da cultura material e tais modos de abordagem funcionariam como ponto de início para as explanações que levam à compreensão dos sentidos das sociedades, de seu imaginário e das mentalidades que ordenaram sua dinâmica. O fato é que ao produzirem as explanações, os arqueólogos e os historiadores podem elaborar hipóteses novas, as quais poderão abrir novos horizontes “na medida em que nos sugerem problemas inéditos e perspectivas inesperadas, as quais nos levarão a novas evidências sobre o passado, no afã de testá-las (*op. cit.* p. 17)”. O que se defende é a adoção de uma teoria na explanação tanto das evidências textuais, orais e materiais quanto das sociedades delas produtoras. As teorias dão o suporte para interpretar os conjuntos de conhecimentos, podendo ajudar, inclusive, a organizar esse mesmo conjunto de saberes e conhecimentos. As teorias atuam como um ponto de equilíbrio entre as



generalizações abstratas e os conteúdos concretos abstraídos dos vestígios arqueológicos e dos documentos históricos. Fechando a discussão, Kern (1996, p.22) defende o papel da teoria na explanação do passado, apontando que as teorias contribuem para um “objetivo final que é o de conhecer e compreender as várias facetas da complexa realidade histórica do passado, tentando em última análise perceber a ligação que ela talvez nos possa trazer.”

Para Lima (2002), as relações sociais passam pelo domínio do capital e a arqueologia histórica brasileira tem procurado se centrar na diversidade cultural, característica da sua formação social. Os modelos de sociabilidade brasileira são específicos e para compreender tal diversidade sociocultural, o sítio arqueológico, a cultura material, as ações de quem nele habitava, a duração do tempo de tais ações, tudo deve ser considerado. A Arqueologia Histórica conta com uma gama vasta de fontes de informação, como a arquitetura, as fontes orais, escritas, fotografias, imagens, lendas, mudanças nas paisagens, antigas trilhas, caminhos, aterros. Contando com as evidências arqueológicas e históricas, a Arqueologia Histórica propõe explicações férteis acerca dos grupos humanos, seu modo de viver, e de pensar, inclusive nas pequenas coisas da vida social cotidiana.

A Arqueologia Histórica no Brasil vem sedimentando seu arcabouço teórico e suas explicações vêm sendo construídas a partir de perspectivas teoricamente fundadas. Nesse bojo, o pós-processualismo, considerando a dinâmica interna das relações de poder, dos conflitos de classe e de gênero, os aspectos simbólicos da cultura material em contextos históricos específicos, ganhou tônica especial (LIMA, 2002). Essa perspectiva teórica contribuiu consideravelmente para que a Arqueologia Histórica se firmasse como campo de conhecimento habilitado a oferecer interpretações fecundas e contribuições criativas na leitura dos fenômenos socioculturais.

Tratar as fontes com equilíbrio, levando em consideração as particularidades de ambas as ciências parece ser, pois, o melhor caminho. Os registros arqueológicos poderão confirmar, refutar, contradizer os registros documentais, gerando, por meio desse confronto, um nível mais aprofundado de leitura. Lima (2002) defende ser este o caminho de atuação da Arqueologia Histórica, como ciência social.



Percurso Metodológico

A Arqueologia Histórica, como campo interdisciplinar, possui a vantagem de permitir a utilização de várias fontes de informação, como artefatos, estruturas, vestígios arquitetônicos, documentos escritos, relatos orais e iconográficos, paisagens, estradas, caminhos, entre outros, conforme já apontado. Esta pesquisa foi desenvolvida em duas vertentes: uma fundada em documentação histórica primária e secundária (registro documental e historiográfico) e outra fundada em dados arqueológicos (cultura material, remanescentes arquitetônicos e paisagem). Buscamos estudar, também, a configuração espacial de feições geomorfológicas, importantes para o estabelecimento humano, e a presença de artefatos e de estruturas construtivas afloradas e/ou parcialmente soterradas, por deposição e escoamento superficial de sedimentos associados a traços de agentes antropogênicos.

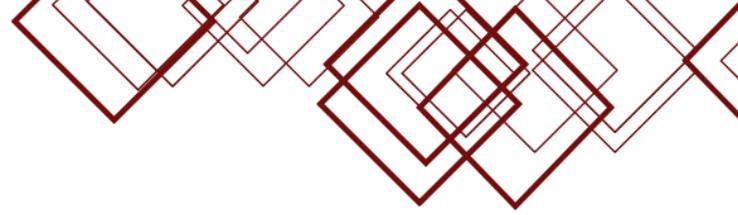
Do ponto de vista da abordagem histórica, esta pesquisa recorreu a obras básicas, sobre os jesuítas e a documentos históricos como as cartas do Códice *Brasilianae*, do Arquivo da Companhia de Jesus em Roma e pelos relatos de viajantes que estiveram na Fazenda Muribeca no início do século XIX, entre outros não menos importantes.

189

Quanto à intervenção arqueológica, a pesquisa foi orientada a partir da hipótese de que havia no local um conjunto arquitetônico aos moldes do padrão jesuítico de estabelecimento. Haveria, no caso, uma casa principal, que teria funcionado como residência dos padres, sede da fazenda e colégio, e, à luz da hipótese construída, seria possível localizar seus remanescentes no pátio da lateral esquerda da igreja.

Assim, os trabalhos de campo organizaram-se em três etapas: na primeira, percorremos a maior parte do terreno realizando buscas de estruturas afloradas, de evidências de atividades humanas pretéritas. Os caminhamentos na área levaram em conta a topografia, buscando áreas de interesse em que pudesse haver um maior potencial para a localização de vestígios aflorados. Trabalhos de terraplenagem ordenados pela Ferrous soterraram as centenas de evidências que identificamos nas campanhas para conhecimento da área, em 2008.

Na segunda etapa, foi feito o mapeamento, com a delimitação, observação biótica, geomorfológica e geográfica, para a caracterização da área. As atividades de gabinete consistiram em confecção dos produtos cartográficos de base, levantamento de dados (fotografias aéreas, em diferentes órgãos governamentais). O trabalho de campo consistiu de reconhecimento dos diferentes depósitos, coleta de amostras sedimentares, descrição preliminar *in loco* dos sedimentos, identificando características tais como cor, granulometria, textura



predominante, grau de seleção, mineralogia essencial, utilizando uma escala granulométrica para análise de sedimentos, preparada pelo LAGESED da UFRJ e o Rock Color Chart, ou Código Munsell, 7ª impressão, 1991.

Antes do iniciarmos a intervenção arqueológica, foi feito um breve levantamento por meio de entrevistas informais com três antigos moradores do local, buscando investigar onde poderia haver evidências de construções históricas. Os dados coletados se revelaram significativos, tendo em vista as lendas existentes sobre a fazenda e seus tesouros. Os depoimentos nos ajudaram a investir na lateral da igreja em busca de evidências arqueológicas de interesse para a pesquisa.

Por último, procedemos às intervenções arqueológicas propriamente ditas, de caráter apenas prospectivo em vista das limitações de tempo decorrente da data tardia de concessão da autorização de pesquisa pelo Iphan. Estudada a Fazenda Muribeca, em seus aspectos ambientais e culturais, a pesquisa tentou flagrar, ao menos, alguns momentos da difusão da cultura material europeia no mundo colonial e seus efeitos sobre a acumulação de bens pelos jesuítas e de como isso interferiu na conformação da fazenda e da sociedade em seu entorno.

A abordagem da cultura material partiu do pressuposto de ser ela um produto e vetor de relações sociais, segundo a consagrada expressão de Ulpiano Toledo de Menezes. Para Lima (1989), a cultura material abre um universo de possibilidades para o entendimento de sistemas socioculturais: utilizada ativamente para o funcionamento da sociedade, na medida em que se configura como um construto social, ela resulta de ações deliberadas de sujeitos e atores motivadas por seus próprios interesses e visões de mundo.

A fazenda, como agregadora de diferentes agentes, por constituir-se em espaço de dominação, de produção e acumulação de alimentos, sentidos e identidades, foi considerada em sua totalidade, de modo a não perdermos o amálgama que promoveu sua unidade. A abordagem para a reconstituição da vida social analisou a cultura material a partir de seu poder transformador (ZANETTINI, 2006).

O Contexto Histórico da Fazenda Muribeca

Os primeiros padres jesuítas chegaram ao Brasil com Tomé de Souza, em 1549. A estratégia de colonização utilizada por Portugal, nos séculos XVI e XVII, foi a de transferir aos donatários e aos colonos as responsabilidades militares e judiciárias, e mesmo fazendárias,



ficando a cargo da Coroa, apenas, a fiscalização. Nesse contexto, o trabalho jesuítico, em princípio missionário, adquiriu nova faceta, a de colonizador, o que o transformou em um empreendimento mercantil.

As atividades mercantis notabilizaram os inacianos na primeira metade do século XVII e terminaram com a sua expulsão em 1759 (AUDEN, 1970). Conhecedores das técnicas agrícolas e do código escrito, aliados à crescente demanda por alimento nos colégios e nos centros urbanos, principalmente pela carne salgada e pelo açúcar, os padres construíram uma empresa lucrativa.

Conforme a historiografia (DAEMON, 1879; OLIVEIRA, 2007; LEAL, 1998), em 1694, a igreja de Nossa Senhora das Neves foi erguida pelo padre Almada, com ajuda dos índios da região, o que é confirmado na Epístola número 05 do *Brasiliae*. Apesar de o documento histórico ser o único que apresenta uma data para a fundação da igreja, isso não significa que os jesuítas chegaram à região neste ano. O fato é que as construções religiosas ocupavam o lugar de destaque nas comunidades, atuando como epicentro das ações humanas.

191

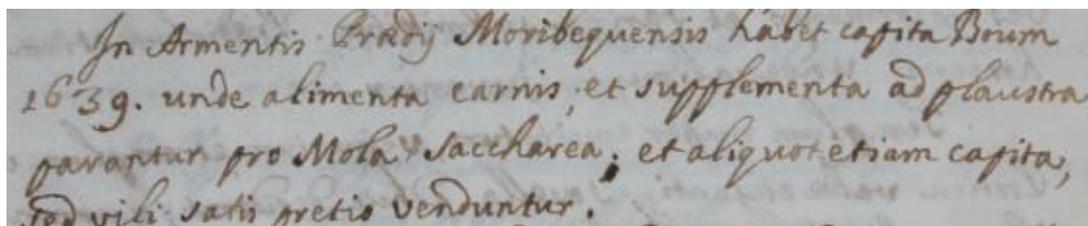
As fazendas eram vitais para a obra jesuítica no Brasil, tendo em vista que as dádivas da Coroa e de particulares não eram suficientes para cobrir seus altos gastos. Sempre que podiam, os inacianos aumentavam suas fazendas mais promissoras e buscavam, também, ampliar o domínio logístico, construindo galeões e portos próprios, de modo a garantir acesso ao transporte marítimo (LEITE, 1965). Buscavam, logicamente, assegurar mais áreas para plantar cana ou criar gado e formas de distribuir seus produtos.

Foi em consequência de muitas aquisições e doações que eles conseguiram aumentar a fazenda Muribeca, que ia da divisa das capitânicas do Rio de Janeiro e Espírito Santo até a atual Lagoa do Siri, medindo 25 km de costa e mais de 10 km adentro (LAMEGO, 1944). Ao redor do assentamento jesuítico, viviam índios e colonos, constituindo uma fervilhante vida social comandada pelo poder emanado da construção jesuítica.

As correspondências epistolares, fontes de inestimável valor histórico, não podem ser separadas da trajetória da Companhia, hoje estão presentes no *Archivum Romanum Societatis Iesu*, o Arquivo Geral da Companhia de Jesus em Roma. Nestes códices, está a coleção intitulada *Brasilianae*. As notícias da fazenda Muribeca constam dos Códices *Brasilia* 5 e *Brasília* 8. No *Brasiliae* n. 5 constam dados sobre a fazenda, entre as quais a produção de carne para alimentar a escola de São Tiago, conforme o trecho abaixo selecionado, que registra que

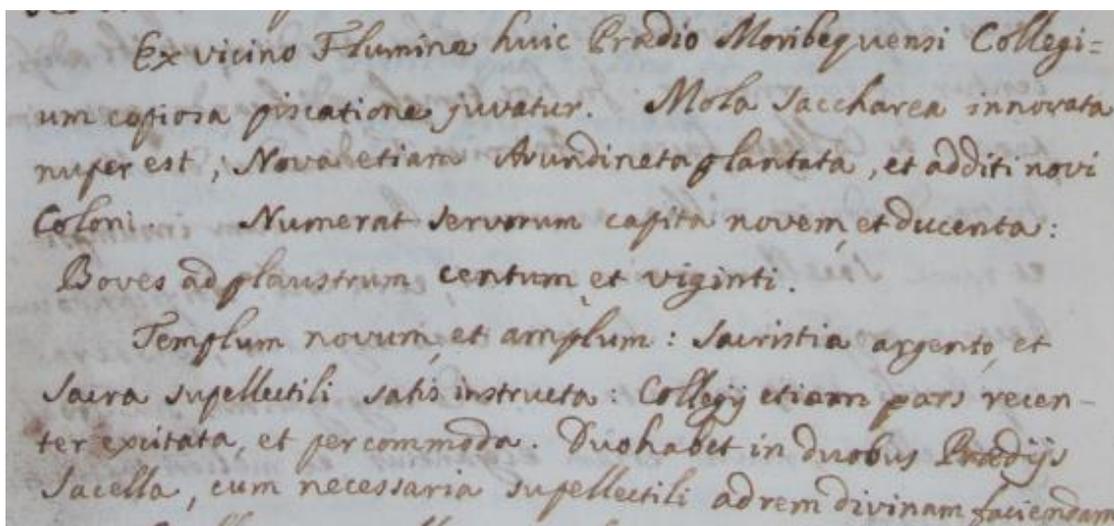
na propriedade muribequense existem 1.639 cabeças de gado, de onde se retiram alimento e força motriz para os carros de boi que movimentam o moinho de açúcar (*Mola saccharea*), sendo alguns levados à vila e postos à venda a preço de mercado (Figura 1).

Figura 1 - Trecho de *Brasiliae*, ano de 1694.



O trecho seguinte do documento (Figura 2) contém dados importantes, não mencionados nem nos relatos dos viajantes nem na historiografia, no caso, a existência de um colégio jesuítico na fazenda.

Figura 2 - *Brasiliae*, ano de 1694 (trecho).



O texto histórico menciona que o rio vizinho ao prédio do Colégio Muribequense conta com um fecundo pesqueiro. Consta também que havia na fazenda duzentos e nove escravos e cento e vinte reses. O documento faz referência à construção de um templo novo com sacristia e prataria (Figura 2). Outra epístola, a *Brasiliae* 8, de 1707, relata uma abundante produção de gado, cavalos e éguas na Fazenda. O dado mais importante é que o documento narra a existência de uma residência na fazenda Muribeca, em 1707. Dos documentos históricos, saltaremos para



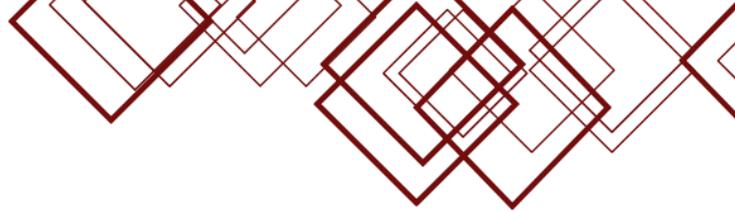
os relatos sobre a Fazenda advindos das expedições científicas empreendidas no Brasil no transcurso do século XIX.

O meio físico, a fauna, a flora e também os nativos brasileiros despertaram interesse e curiosidade entre os europeus. Assim, muitos estudiosos enviados pelos governos e universidades ou mesmo por iniciativa própria se aventuraram para estudar essa terra. Muitos desses viajantes percorreram desde o século XVI o território do Espírito Santo. Destacamos entre eles: Jean de Lèry, em 1578; Pero Gandavo em 1570; Maximiliano Wied Neuwied em 1816; Auguste Saint-Hilaire, em 1818; Auguste François Biard, em 1858; Jean-Jacques Tschudi, em 1866; Charles Frederick Hartt, em 1870 e a princesa Tereza da Baviera, em 1888. O maior número deles esteve aqui no século XIX, apoiados por interesses econômicos e científicos, beneficiados pela abertura dos portos. Esses viajantes chegavam ansiosos pelo encontro com o ambiente desconhecido e, sobretudo, movidos pela curiosidade do contato com os povos nativos, *ex-óticos*. Os viajantes e naturalistas nos dão testemunho da riqueza da fazenda Muribeca e do seu funcionamento no século XIX.

193

Desde a chegada dos jesuítas à colônia, em 1549, até a sua saída, em 1759, eles construíram uma sólida e complexa estrutura econômica que começava pela gerência de vastas terras, passando pelo aluguel de imóveis urbanos, venda de mezinhas, manipulação de sulfas, hospedagens de pessoas em seus conventos, além da administração de centenas de escravos. Os inacianos coordenavam as formas de viver dos indígenas aldeados e enviavam produtos e riquezas para muitas regiões e até para fora da América portuguesa. Tal poder econômico, fruto de árduo trabalho dos inacianos e de uma tecnologia administrativa eficiente, foi, também, resultado de algumas regalias outorgadas pela Coroa e por seus governadores, entre as quais a liberação do pagamento das taxas de entrada e saída nas alfândegas e a possibilidade de, em caso de posse de terras, um período superior a dez anos para começar a explorá-las economicamente, sem contar a dispensa do pagamento de impostos de propriedade rural, o que favorecia a implantação de fazendas.

As fazendas seriam locais de produção de alimentos para os colégios e para os religiosos da companhia. Na Capitania do Espírito Santo, as fazendas produziam comida para os colégios e para as residências em Reis Magos, Reritiba, São Tiago e Guarapari. Era comum o alargamento das fronteiras das fazendas, por meio de processos judiciais, ainda que as terras não estivessem sendo exploradas. As propriedades jesuíticas se configuravam como verdadeiros latifúndios e as enormes extensões de terras os tornavam uma espécie de senhores feudais, senhores absolutos de terras. O domínio de tais proporções de terras exigia,



logicamente, muitos trabalhadores, índios e escravos. Para Amantino (2009), os jesuítas reuniam centenas de trabalhadores, em sua maioria escravos que produziam para abastecer os aldeamentos, as cidades e até outras localidades, gerando grandes lucros para os colégios, os quais eram somados com a pecúnia advinda dos aluguéis dos imóveis urbanos, dos arrendamentos de terras, da venda dos produtos fabricados em série.

Ampliando os dados colhidos na historiografia, apresentamos a seguir informações publicadas no volume terceiro de *A Terra Goytacá*, de Alberto Lamego (1913), historiador que, na primeira metade do século XX, constituiu-se como um dos mais significativos pesquisadores fluminenses, cuja obra ainda hoje é referência sobre a história de Campos, do Norte Fluminense e do sul do Espírito Santo. Suas pesquisas na Europa tiveram início em 1906 quando, em Portugal, passou a se dedicar à história campista na Torre do Tombo e no Arquivo do Conselho Ultramarino, em cujos arquivos investigou inúmeros documentos referentes à história da Capitania da Paraíba do Sul (ou Capitania de São Tomé), da terra fluminense e da região do rio Itabapoana. Seus registros esclarecem eventos importantíssimos para esta pesquisa.

Após a expulsão dos jesuítas, em 03 de setembro de 1759, foram enviados ao Brasil diversos ouvidores para elaborar o sequestro dos seus bens. À capitania do Espírito Santo foi enviado para fazer diligência João Pedro de Souza, que começou pelo sequestro do Colégio de São Tiago, ex-sede da Assembleia Legislativa do Estado. Passou, em seguida, em 1761, ao sequestro dos bens da Fazenda Muribeca, prendendo os dois religiosos que nela residiam. Descreve Lamego que

194

A fazenda da Moribeca era a maior de mais importante propriedade da companhia nessa capitania, estendendo-se as suas terras além do rio Itabapoana, pela parte do sul. Era formada por terras compradas a Bernardo Ayres Samora, a Antonio Dortas e a outros e das que foram doadas pelo Conde do Castello Melhor (6 léguas) e pelo governador do Rio de Janeiro D. Álvaro da Silva Albuquerque em 1702, compreendendo estas últimas as que se achavam entre os rios caudalosos Muriahé, Parahyba e Itabapoana.

Tinha a extensão de 9 ½ léguas de testada por costa e 8 ½ para o interior em terras do sertão e principiava no rio Guaxindiba que fica ao sul de Manguinhos, correndo pela costa do mar, caminho do norte até a última barreira do Siri, da mesma parte do norte (LAMEGO, 1913, p. 172)

Infelizmente nem a historiografia nem os documentos do arquivo ultramarino continham os bens arrolados na fazenda. A Fazenda Muribeca foi arrematada em 25 de junho de 1777 por José da Cruz Silva, que dela se apossou em agosto do mesmo ano, passando a conviver com muitas demandas de antigos confinantes e de estranhos que se julgavam proprietários da imensidão de terras. A fazenda produzia açúcar nesta época e até o começo do século XIX, possuindo um engenho e criação de gado bovino e equino, conforme nos relata



Lamego (1913). Não existia mais, nesta época, a residência dos jesuítas, estando a sede da fazenda em outro local. Um dado muito importante, relatado por Teixeira de Oliveira (2007), é que em 1814, constava dos registros dos bens da fazenda, 280 escravos. Trata-se de um dado importante que corrobora as discussões até aqui apresentadas, no que diz respeito ao potencial produtivo da fazenda.

Outro documento histórico que atesta a existência da fazenda é a História da Companhia de Jesus no Brasil, redigida a partir de documentos dos Arquivos Romanos da Companhia de Jesus. Leite (1939) apresenta um painel das ações dos inacianos na Colônia, desde sua chegada em 1549 até sua expulsão, em um texto produzido à base do exame dos documentos históricos. Trata-se do maior acervo de informações reunidas a respeito da obra dos jesuítas no Brasil, no período colonial, em uma descrição rigorosa, com a citação das fontes manuscritas e bibliográficas. No Tomo VI constam informações sobre a Fazenda Muribeca.

Um último documento foi localizado nos arquivos microfilmados da Mitra Diocesana de Vitória, intitulado Lembranças de Visitas Pastorais, o qual dá conta de eventos registrados no Estado do Espírito Santo por ocasião da posse do novo bispo Dom João Batista Correa Nery, da diocese do Espírito Santo entre 1897 e 1901, que, percorrendo as paróquias, anotou feições de suas sociedades e o cotidiano de suas gentes. O Bispo Nery passou pela fazenda Muribeca em 1899 e registrou a existência de uma sede, anotando que a atual igreja das Neves foi concluída em 1748. Contudo, ele não forneceu a procedência de tal informação. De qualquer forma, a existência da sede da fazenda, no final do século XIX, é importante, no reconhecimento de sua permanência no tempo.

195

A Pesquisa Arqueológica

A região analisada possui origem sedimentar marinha com predomínio do bioma de Mata Atlântica com características do ecossistema de restinga. O local de pesquisa compreende o entorno da igreja de N.S. das Neves no município de Presidente Kennedy. Inicialmente foram estabelecidas duas áreas para a realização de intervenções em subsolo: a área A, correspondendo ao entorno da Igreja de N. S. das Neves, com cerca de 1500 m²; a Área B, mais afastada, localizada à esquerda da igreja, em direção à planície de inundação, correspondendo a cerca de 1.200 m² (Figura 3). Com a definição dessas duas áreas destinadas à prospecção, foi elaborado um plano de abertura de tradagens, sondagens e trincheiras.

Figura 3 - Trechos da antiga Fazenda Muribeca selecionados para prospecção: o primeiro, correspondente ao entorno da Igreja N. S. das Neves, designado como Área A; e o segundo, adjacente ao prédio da zeladoria da Igreja, denominado Área B (Fonte do autor, 2013).



A igreja de N.S. das Neves foi construída ao longo de cerca de 50 anos, entre o final do século XVII e a primeira metade do século XVIII. Sua estrutura original e a fachada principal foram mantidas, não obstante alterações posteriores nas fachadas laterais atestam acabamentos grosseiros que contrastam com o apuro da fachada principal (Figura 4).



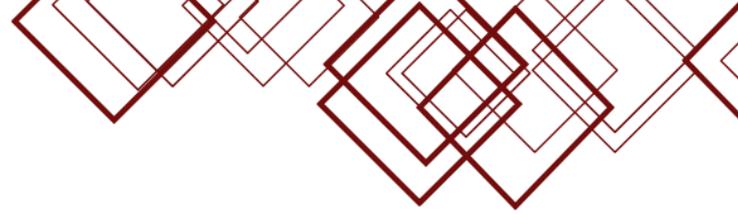
Figura 4 Frontão da Igreja de Nossa Senhora das Neves. Note-se a falta de apuro na construção da torre sineira (Foto do autor, 2006)



197

Figura 5 - Na fachada lateral esquerda, a presença de uma porta ao alto, de acesso ao coral (no círculo maior), e três elementos proeminentes (no círculo menor) sugerem a existência de uma ligação anterior com outro edifício (Foto do autor, 2013).





Na fachada lateral esquerda, a presença de uma porta e de três elementos proeminentes (Figura 5), sugerindo se tratar de esperas, permitiram levantar a hipótese de que o edifício da igreja era parte de um conjunto arquitetônico que seguia o partido jesuítico em quadra (ARAÚJO, 2000), alongando-se à esquerda e interligando-se à suposta sede e colégio, referidos nos registros documentais. Essa hipótese foi determinante para a escolha do local de início das sondagens. Para comprová-la ou refutá-la, foram abertas sondagens primeiramente na lateral esquerda da igreja, em busca dos alicerces da construção que ligava a igreja à sede. Passamos, a seguir, a apresentar as intervenções físicas.

A Intervenção Arqueológica – alguns momentos

Na área A, as sondagens foram abertas alternadamente, em tabuleiro de xadrez, em distâncias de três em três metros, com os seguintes objetivos: reconhecer a estratigrafia do terreno, localizar possíveis alicerces em subsolo, verificar a existência de materiais arqueológicos em profundidade e identificar áreas com concentração de vestígios. Todas as sondagens realizadas se mostraram estéreis do ponto de vista arqueológico, não tendo sido evidenciado qualquer vestígio além dos sedimentos escavados. Esses resultados derrubaram nossa hipótese, levando-nos a constatar que a sede da fazenda constava no terreno mais próximo à planície de inundação, à esquerda da igreja.

198

Na frente da igreja, em face dos resultados negativos nas laterais e nos fundos da igreja, a opção foi por abrir tradagens e, caso estas resultassem positivas, ampliar as aberturas para sondagens. Na tradagem mais próxima à porta da igreja detectamos um segmento de pavimento construído com grandes tijolos, o que determinou a abertura de uma área de escavação, em face da necessidade de se verificar a extensão do pavimento e a possibilidade de outras evidências.

Foi encontrada uma calçada original construída com grandes tijolos, a qual iniciava exatamente na parede da igreja, a 20 cm abaixo da superfície atual, com aproximadamente 3,50 m de largura. Ao verificarmos sua extensão, foi possível comprovar que ela começava na sua extremidade direita e seguia até a extremidade oposta, esquerda, compondo o acesso à igreja. Todavia, os remanescentes da calçada histórica não avançavam após a porta da igreja (Figura 6).



Figura 6 - Segmento da calçada de grandes tijolos encontrada em frente à igreja, com largura aproximada de 3,50m. (Foto do Autor, 2013)



199

Na Área B, todas as tradagens expuseram uma mesma estratigrafia, composta basicamente por três camadas: a primeira, tinha em média 20 cm e era húmica, apresentando evidências recentes. A segunda também possuía espessura variável, mas raramente ultrapassava 50 cm. Apresenta sedimentos arenosos em diferentes tons, marrom a cinza, e é arqueologicamente fértil (Figura 7). Na segunda camada foram encontradas todas as evidências arqueológicas recuperadas nas tradagens, sondagens e trincheiras. Por fim, a terceira camada, estéril do ponto de vista arqueológico, ocorre em toda a área e é constituída por areia branca, revelando terrenos da planície sedimentar composta por grãos quartzosos quaternários, fruto de regressões marinhas holocênicas.

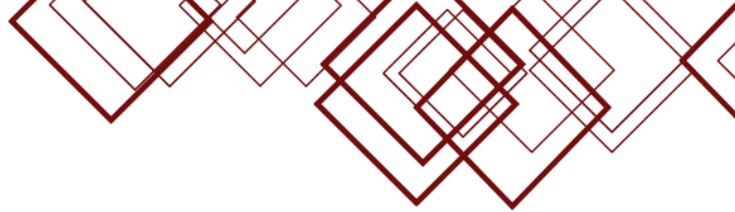


Figura 7 - Exposição progressiva da alvenaria de pedra e cal encontrada na área B, evidenciando tratar-se de piso de uma residência



(Fotos do autor 2013).

A maioria das tradagens expuseram, a 50 cm de profundidade, evidências materiais, tais como telhas, tijolos, cravos, faianças, vidraria, pratos, vasilhame de cerâmica e diversos produtos da atividade social humana daquele espaço (Figura 8-9).

200

Figura 8 - Cravos e fragmentos de osso e de faianças portuguesas encontrados na Área B (Foto do autor 2013).





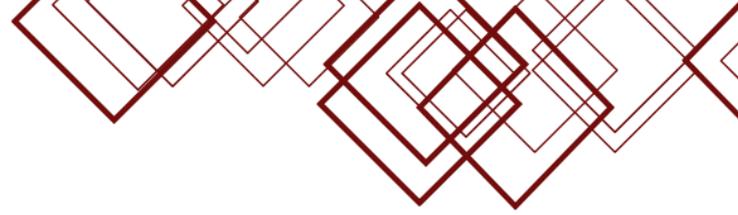
Figura 9 - Fragmentos de faianças portuguesas localizadas na Área B (Foto do autor 2013).



A paisagem e o Espaço da Vida

A leitura do registro material do passado, a partir do envolvimento das pessoas com o mundo material, as formas como elas negociam suas posições, interagem e ordenam a vida cotidiana, não é tarefa fácil. Por isso, é fundamental compreender que os artefatos se configuram como materializações sensíveis das relações sociais, guardando, em si, marcas de comportamentos pretéritos. Os significados que lhe são atribuídos não são fruto de experiências particulares, mas de sistemas compartilhados de significação (SHANKS; TILLEY, 1988). Desse ponto de vista, o ator social não somente constrói a cultura material, mas também é por ela construído.

A paisagem onde se assentou a fazenda jesuítica não foi escolhida por acaso. Em uma área plana, na borda de um depósito flúvio-lagunar, a fazenda se localizava em uma região estratégica, com presença de índios puris e botocudos. A implantação da unidade produtiva



naquele local atendeu, por certo, à catequese dos índios existentes na região, mas visou sobretudo à viabilidade econômica dos assentamentos jesuíticos aos longo da costa capixaba.

A devoção do templo a Nossa Senhora das Neves advém possivelmente de peculiaridades do ambiente, com suas areias brancas e brilhantes. As feições geográficas da região favoreciam a movimentação das pessoas por um espaço em cujo centro estariam o templo e a casa principal. Na frente da igreja localizava-se a praça, retangular, local de interação social entre religiosos, indígenas, escravos, colonos, tudo passava por ali.

A igreja e a praça retangular representavam a unidade do corpo e do poder. Atuavam como uma espécie de ligação entre as partes funcionais do sistema, impondo disciplina. A construção jesuítica ocupava um lugar de destaque no espaço colonial. Ficando a igreja do lado direito, a leste, e a residência, provavelmente, a oeste, todas as outras edificações se distanciavam e se localizavam em pontos opostos do retângulo onde estava a praça, e com isso, a residência jesuítica estabelecia seu discurso de autoridade.

O entorno da Igreja das Neves e a paisagem em seu redor estimulam experiências. É possível ouvir o vento em diversos pontos, dentro da igreja, que faz ecoar as vozes, ao lado da antiga residência, a caminho do sambaqui, no pesqueiro, em todos os espaços sociais nos quais os atores empreendiam suas atividades. É possível imaginar, no palco dos acontecimentos, uma coreografia dos movimentos das pessoas naquela paisagem, executando atividades como em um ritual orquestrado: pescando e limpando os peixes, salgando-os e pondo-os para secar, alguns no pasto pastoreando o gado, outros abatendo-o e salgando a carne, pessoas cuidando das hortas e das criações, protegendo os limites da fazenda. Na lida doméstica, tecendo, fiando na roca fios de algodão, no rio, lavando a roupa, cantando cantigas, cuidando dos filhos pequenos, e a escola jesuítica ensinando através do *Ratio Studiorum*. Havia horários rígidos para as cerimônias religiosas: às 6 da manhã, a missa, e às 18h, o Angelus, em seguida, recolhimento, lazer na praça e descanso. O cheiro do mato, o vento do mar, o vento sul com o frio, o nordeste com o calor, o vento sudeste com o cheiro de maresia provocavam intensas experiências sensoriais, favorecidos que eram pela topografia plana da paisagem.

Este local foi escolhido por ser quase que totalmente plano; além disso, os ventos que sopram na região, mesmo em dias quentes, produzem ruídos harmoniosos, propiciando a ocorrência de uma experiência sensorial única. Nos meses de julho e agosto, com manhãs muito frias, seguidas de dias quentes com vento soprando a NE, é proporcionada uma experiência



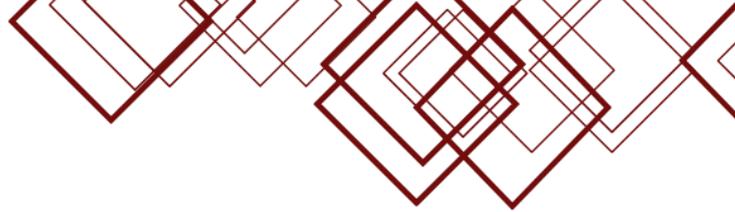
auditiva marcada por ecos. Os jesuítas tinham devoção fervorosa por Nossa Senhora e a devoção do templo a Nossa Senhora das Neves não advém somente dessa característica, mas possivelmente de peculiaridades do ambiente, com suas areias brancas e brilhantes. As feições geográficas da região favoreciam a movimentação das pessoas por um espaço cujo centro seriam o templo e a casa principal.

Relatos de moradores antigos, do início do século XX, contam ter havido na cabeceira da praça um cruzeiro. A igreja e a praça retangular representavam a unidade do corpo e do poder. Ela funcionava como uma espécie de ligação entre todas as partes funcionais do sistema e com isso impunha disciplina. As atividades de recolhimento e sossego, típicos de um mosteiro e um convento, não deviam acontecer nas fazendas, pelo simples fato de serem espaços de produção de riqueza, para a qual concorriam os braços de trabalhadores em constante movimento. A construção jesuítica ocupava um lugar de destaque no espaço colonial.

A antiga paisagem jesuítica corresponde, na atualidade, a um registro de múltiplas informações de diversas gerações de pessoas cujas atividades nela tiveram lugar. A leitura que empreendemos só foi possível graças à percepção que adquirimos da paisagem, do movimento dos ventos, sentidos em diferentes dias durante os meses de atividades de campo, aos fragmentos de sua história espalhados por todos os lados por onde andamos em busca de evidências superficiais; dos canais construídos no rio Muribeca para dispersar as águas em tempo de enchentes, de modo a não prejudicar os rebanhos.

As marcas deixadas na paisagem são testemunho da dinâmica social em tempos pretéritos. O modo como a paisagem foi transformada revela as circunstâncias dos espaços construídos, os quais poderiam tanto impedir quanto facilitar a interação, a ação humana e a experiência social. Considerando a paisagem como uma construção humana, onde interagem os ambientes natural e o social, é possível compreender a maneira como as paisagens se conformam. Assim, a Arqueologia da Paisagem estuda um tipo específico da produção humana (a paisagem) e, por intermédio de uma dada realidade (o espaço físico atual), busca entrever uma nova realidade (o espaço social: humanizado, lúdico, laborial, econômico, habitacional, político, territorial, agrário). Isto é obtido a partir de uma ordenação imaginada, do que pode ser tomado como um espaço simbólico, auferido por meio de operações sensoriais. Tal concepção supõe que a dimensão simbólica é parte fundante da paisagem social, o que deve ser considerado na leitura interpretativa.

Deste ponto de vista, podemos considerar útil para a recriação do espaço social as ações humanas que foram exercidas diretamente no espaço físico e deixaram vestígios, tais como



construções, trilhas, caminhos, olarias, engenhos, pontes, que revelam as interações humanas com o ambiente. Tudo isso nos ajuda a compreender o que pensavam, o que queriam, como lidavam, trabalhavam, e se comportavam aqueles que o transformaram. Discussões assim confirmam o que nos diz Magalhães (2009), para quem a paisagem configura-se como um artefato social porque os grupos humanos fazem uso político, econômico e social do espaço onde se insere a paisagem. De qualquer forma, é importante considerar que a maneira como as pessoas interagem com o ambiente é mediada pela projeção de suas culturas (HYDER, 2004). Para operacionalizarmos uma leitura criativa do espaço, precisávamos explorar, pois, as experiências sensoriais que apresentamos.

Conclusão

Concluimos destacando o objetivo de compreender minimamente o funcionamento da antiga fazenda dos jesuítas. Cremos ter reunido elementos nessa direção, quando expusemos sua dinâmica produtiva, recuperada por meio do estudo de registros documentais e da intervenção arqueológica. Tentamos reconstituir a ação dos agentes na sua articulação com as coisas e com a terra, construindo a paisagem que atenderia a seus propósitos, cortando canais, abrindo trilhas, erguendo paredes.

204

Sobre o pragmatismo econômico que orientou a instalação da fazenda, nos baseamos em Baeta Neves (1978), para quem a atuação jesuítica ultrapassou os limites da propagação da fé e fundou uma empresa mercantil, abrindo mercado consumidor, buscando a conversão dos costumes, mesclando aspectos religiosos e econômicos. A leitura do espaço permitiu compreender que os empreendimentos jesuítas possuíam estruturas socioeconômicas ímpares, no adestramento e na formação profissional dos indígenas, numa base política fundada na distribuição do poder.

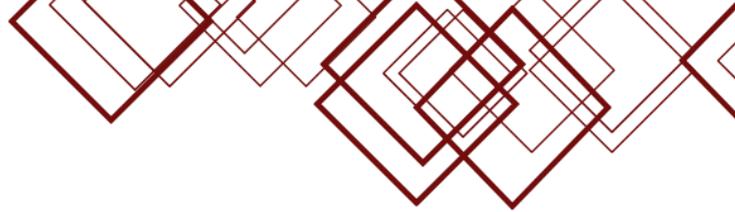
A apresentação de dados materiais do passado alimenta a memória do patrimônio cultural dos capixabas. Os objetos que compuseram a sua história constituem esse patrimônio, bem como a trama social das pessoas que os produziram e manipularam. A apresentação discursiva da relação entre objetos e pessoas é crucial para a construção da história e dela não se pode prescindir, em função da dimensão que a materialidade tem na constituição dos fenômenos sociais.



A cultura material que procuramos localizar não representa o passado em si, mas a presença do passado no presente e o presente que está aqui. Ao salvarmos o passado no presente acabamos por transformar os dois, isto é, o passado ganha uma nova forma e o presente porque este se revela como uma realização possível do que não caiu no esquecimento, ou do que podemos evitar que caia no esquecimento. A reconstituição que apresentamos para a vida social na Fazenda Muribeca não significa a forma como de fato ela aconteceu, significa um relampejo do passado. Explanar o passado a partir de evidências arqueológicas representa um esforço em direção a esses momentos, que atestavam a dinâmica das ações na Fazenda Muribeca. A história humana pode ser compreendida como objeto de uma construção cultural e social cujo lugar não é um tempo homogêneo e vazio, mas um tempo repleto de momentos presentes. A Muribeca dos jesuítas é trazida de volta anualmente pelos moradores da região por ocasião da Festa das Neves, que estabelece uma espécie de *continuum* da história. É a partir dessa perspectiva que tentamos alcançar alguns vestígios do seu passado.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, José Antônio. *A quadra perfeita: um estudo sobre a arquitetura rural jesuítica*. Niterói, UFF, 2000.
- ASSIS, Francisco Eugênio. *Dicionário geográfico e histórico do Espírito Santo*. Vitória, 1941.
- AUDEN, Dauril. *Aspectos econômicos da expulsão dos jesuítas do Brasil*. Conflito e continuidade na sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970 pp. 31 – 78.
- ARSI. *Brasiliae* 5, Roma, 1694
- ARSI. *Brasiliae* 8, Roma, 1707.
- BIARD, Auguste François. *Viagem a Província do Espírito Santo*. Vitória, 1986.
- DAEMON, Basílio. *Província do Espírito Santo*. Vitória: Tipografia do Espírito Santo, 1879.
- FREIRE, Mário Aristides. *A capitania do Espírito Santo (1535-1822)*. Vitória, 1945.
- HYDER, M.F. *Lugar social*. São Paulo: Contexto, 2004.
- KERN, Arno Alvarez. O papel das teorias como instrumental heurístico para a reconstituição do passado. *Histórica* v. 1 p. 7-22, 1996
- LAMEGO, Alberto. *A terra goytacá: a luz de documentos inéditos*. Bruxelas: Gaudio, 1913 v. 1/3.
- LAMEGO, Alberto. As três grandes fazendas dos jesuítas: Colégio, Muribeca e Santa Ana em Macaé. *Brasil Açucareiro* XXV(3), 1944
- LEAL, João Eurípedes F. (org.) *Catálogo dos documentos manuscritos avulsos da Capitania do Espírito Santo: 1585 – 1822*. Vitória APES, 1998 Coleção Canaã v. 3.
- LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*, Vol. VI Tomo II. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1965 pp. 470 – 472



- LIMA, Tania Andrade. Os marcos teóricos da arqueologia histórica, suas possibilidades e limites. *Estudos ibero-Americanos*. V. XXVIII, n. 2 p.7-23, 2002
- LIMA, Tania Andrade. Arqueologia histórica: algumas considerações teóricas. *Clio. Série Arqueológica. Revista do Mestrado de História* v.5 p.87-99, 1989.
- NEVES, Luiz Felipe Baêta. *O combate dos soldados de Cristo na Terra dos Papagaios: colonialismo e regressão cultural*. Forense Universitária, Rio de Janeiro, 1978
- NERY, D. João Batista. *Lembranças de visitas pastorais*. Vitória: Arquidiocese de Vitória, 1901 (manuscrito).
- OLIVEIRA, José Teixeira. *História do Espírito Santo*. Rio de Janeiro, 1951; APE, 2007
- ORSER JR., Charles E. *Introdução à arqueologia histórica*. Oficina de Livros, Belo Horizonte, 1992.
- PHILIP, Maximilian Alexander. *Príncipe de Wied-Neuwied. Viagem ao Brasil*. Itatiaia, São Paulo, 1940.
- SAINT – HILAIRE, Auguste de. *Segunda Viagem ao Interior do Brasil, Espírito Santo*. Tradução de Carlos Madeira. Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1936/1941
- SHANKS, Michael; TILLEY, Christopher. *Social theory and Archaeology*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1988
- ZANETTINI, P.E. *Maloqueiros em seus palácios de barro: o cotidiano doméstico na casa bandeirante*. (Tese de doutorado) São Paulo: USP, 2006.